

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Crescer com a violência televisiva em Portugal^(*)

Maria Benedicta Monteiro

Resumo No âmbito da questão sobre os efeitos directos e indirectos da violência na TV nas crianças e nos jovens, são referidos dois estudos feitos em Portugal. O primeiro inquiriu 3928 sujeitos entre os 9 e os 17 anos acerca do tempo diário de exposição à TV e acerca dos seus heróis preferidos no *écran*. Os resultados mostraram: 1) que o tempo médio diário de exposição à TV durante a semana é de 2h 12m e que apenas 10% das crianças do 1º ciclo e 7% das do 2.º ciclo vêm mais do que 4h diárias; 2) que os heróis preferidos pela maioria dos jovens telespectadores são *heróis violentos pró-sociais* - usam a violência instrumentalmente, tendo como objectivos últimos a reposição da ordem e da justiça violadas, e 3) são os espectadores mais assíduos (exposição superior a 4h diárias) que mais preferem este tipo de heróis, enquanto os espectadores menos assíduos (exposição inferior a 1/2h diária) preferem os *heróis não violentos*. O segundo estudo questionou 363 adolescentes, entre os 14 e os 18 anos, acerca das suas percepções de medo de vitimação, de locus de controlo e de confiança nos outros, bem como acerca da sua exposição diária à TV. Uma ANOVA efectuada sobre os valores dos sujeitos nos quatro factores de percepção da realidade social em que as questões se organizaram, tendo como variáveis independentes o tempo de exposição à TV e o sexo dos sujeitos, mostrou que estas duas variáveis interagiam significativamente para modular o factor *Medo-Controlo externo*: com maior exposição à TV, as raparigas intensificam a crença na probabilidade de serem vítimas de violência e na percepção de controlabilidade externa nessas situações, enquanto os rapazes reduzem o medo de vitimação e aumentam a percepção de controlabilidade pessoal nessas mesmas situações. Os resultados são discutidos à luz da *teoria da inculcação de crenças* (Gerbner *et al.*, 1979) enquanto efeito indirecto da exposição elevada à TV.

Palavras-chave violência, atitudes, comunicação social, televisão.

Introdução

Desde meados dos anos 30 que o impacte da violência dos meios de comunicação social — MCS — (primeiro a da banda desenhada, a da rádio e a do cinema (Charters, 1933) e, depois, a partir dos anos 50, a da televisão) tem sido um tema

Maria Benedicta Monteiro, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa .

de intensa discussão, primeiro nos EUA e depois na Europa e no resto do mundo. As preocupações subjacentes a essa discussão parecem ser sempre idênticas: será que a violência exibida nos meios de comunicação de massas influencia as atitudes e os comportamentos dos membros mais jovens da sociedade? É claro que a mesma pergunta, aplicada aos adultos, tem estado presente em toda a investigação sobre o efeito dos MCS, mas quando a questão aparece como problema social, é sobretudo às crianças e aos jovens que se refere, tendo como subentendida a suposta capacidade e autonomia dos adultos e a suposta incapacidade e heteronomia dos mais novos para lidarem com a exposição à violência.

Passado mais de meio século de investigação sobre a violência nos *media*, a discussão, no entanto, continua, não só acesa, como activamente renovada, de cada vez que um novo meio de comunicação — os jogos de vídeo ou de computador, e mais recentemente a *Internet* — vem alargar o leque das ofertas da violência no ecrã. A questão mais dramática deste debate circular é que ele tem, em grande medida, paralisado e substituído a intervenção social que o problema merece, já que os responsáveis pelas políticas de comunicação social e da educação, bem como os produtores de programas e as associações de cidadãos, parecem não conseguir, a partir dos resultados da investigação, construir consensos sociais negociados que possam ser adoptados como linhas gerais de enquadramento da acção.

E, no entanto, os estudos que se vêm multiplicando desde os anos 50, nomeadamente nos EUA (e. g., Surgeon General Report, 1972; National Institute of Mental Health Report, 1982; National Alliance for Nonviolent Programming, 1993; American Psychological Association, 1993), permitem responder às principais interrogações dos políticos, dos jornalistas e dos educadores. Vejamos, em síntese, a informação que esses estudos contêm, e antes de mais o que se passa na própria televisão.

As análises mais extensas da incidência da violência na televisão foram as realizadas anualmente nos EUA por George Gerbner entre 1967 e 1989 (Signorielli e Morgan, 1990). Este observatório da violência mostrou que o padrão de exibição de violência na televisão durante esse período foi sempre elevado, com algumas flutuações relevantes: variações pouco sensíveis no início da década de 70, um súbito e forte aumento da violência em 1976 (Gerbner *et al.*, 1977), seguido de um acentuado decréscimo em 1977 (Gerbner *et al.*, 1978); a partir daí a curva não cessou de subir, de forma constante, até 1983, nomeadamente na programação infantil de fim-de-semana, em que os episódios violentos atingiram 30, 3 por hora (em contraste com os oito episódios violentos por hora de 1969) (Signorielli e Morgan, 1990). A última referência proveniente deste observatório diz respeito a 1992-1993 (Gerbner, Morgan e Signorielli, 1994) e regista um acentuado declínio da violência exibida, de cuja estabilidade os investigadores duvidam (Murray, 1997).

A televisão por cabo veio, entretanto, redimensionar o problema da exposição à violência, alargando drasticamente a oferta de programas provenientes de múltiplos espaços culturais em todas as horas do dia e da noite. Um inquérito recente nos EUA, conduzido pelo Center for Media and Public Affairs (Lichter e Amundson, 1992), identificou, entre as 6 horas da manhã e a meia-noite de um dia, em

Washington, 1846 cenas violentas no total de emissões aéreas e por cabo. A maior parte dessas cenas, de manhã e de tarde, era vista por crianças e jovens. Dois anos mais tarde, um novo relatório do mesmo Centro dava conta de um aumento de 41% da violência nos mesmos canais, na mesma cidade e durante o mesmo período de um dia, cifrando-se então as cenas violentas em 2605 (Lichter e Amundson, 1994).

Esta a informação (que os estudos sobre a violência nas televisões europeias não desconfirma) acerca do que se passa do lado da produção e difusão de violência através do ecrã doméstico.¹ Vejamos agora o que se passa do lado dos espectadores, para tentar responder à crítica indagação sobre os “efeitos” da violência televisiva. A maioria das revisões nesta matéria (e. g., Murray, 1997) está de acordo em organizar as conclusões da investigação sobre os efeitos da exposição à violência na televisão em três domínios:

- 1 os *efeitos directos* comportamentais, mostrando que as crianças e os adultos que vêem muita violência na televisão podem desenvolver atitudes favoráveis ao recurso à agressão para resolverem conflitos (Mussen e Rutherford, 1961; Bandura *et al.*, 1963; Berkowitz e Rawligns, 1963; Turner e Berkowitz, 1972; Lefcourt *et al.*, 1966; Lefkowitz *et al.*, 1972; Liebert e Baron, 1972; Huesmann *et al.*, 1983; Vala, 1984; Monteiro, 1984; e. g., Murray, 1980);
- 2 a *dessensibilização*, mostrando que as crianças e os jovens que vêem muita violência na televisão podem reduzir a sensibilidade em relação à violência do mundo em que vivem, podem tornar-se mais insensíveis à dor e ao sofrimento das pessoas e, por outro lado, mais tolerantes em relação à violência social (Ekman *et al.*, 1972; Carlson, 1983);
- 3 a *percepção paranóide do mundo* (Wober, 1978) ou *síndrome do mundo mau* (e. g., Signorielli, 1990), que mostra que as crianças e os adultos que são espectadores assíduos da televisão podem alterar a percepção que têm da realidade social em que se movem, assimilando-a ao mundo violento do ecrã ficcional que insistentemente procuram (Gerbner, 1972; Gerbner e Gross, 1976; Monteiro, 1984; Vala, 1984).

Porque os efeitos *comportamentais* da alta exposição à violência televisiva são os mais extensamente investigados, é também acerca deles que se tem acumulado maior demonstração, nas crianças e nos jovens como nos adultos. A maioria dessa investigação continua a confirmar as condições em que a elevada exposição à violência televisiva desencadeia ou facilita o comportamento interpessoal agressivo. Em relação à terceira área de indagação — a dos efeitos da exposição à televisão sobre a mundividência dos espectadores muito assíduos, sobre a sua percepção de um mundo de maldade e de perigo à sua volta, sobre os sentimentos de medo e de insegurança que se geram, sobre a sua postura de vítimas e sobre a protecção que exigem — não só a investigação tem sido muito menor, como continuam a surgir resultados controversos que tornam este domínio de investigação um persistente desafio.

Assim, é precisamente sobre esta última questão que aqui trago a minha contribuição, resultante da investigação em Portugal, com crianças e jovens por-

tugueses. Os objectivos das investigações que vou referir foram dois: 1) caracterizar a exposição à televisão por parte das crianças e dos jovens em Portugal nesta década de 90, tanto na sua dimensão quantitativa (tempo de exposição), como na sua dimensão qualitativa (programas e heróis), e 2) verificar se existe alguma relação entre essa exposição e a percepção sobre determinados aspectos da realidade social, tal como foi teorizado e amplamente estudado por Gerbner e os seus colaboradores (e. g., Morgan e Signorielli, 1990).

Gerbner é um sociólogo americano que cultiva uma paixão pelos contadores de histórias das sociedades. Porque contar histórias é o que nos coloca na espécie do *homo sapiens*: "Somos as únicas criaturas", diz ele, "que vivemos num mundo muito para além das ameaças e das recompensas do nosso ambiente imediato. Vivemos num mundo construído por meio das histórias que contamos. Estas histórias chamam-se arte, ciência, religião, leis, organização política, educação e muitas outras coisas, que têm sido tratadas de forma tão separada que chegamos a esquecer que todas concorrem para um mesmo objectivo: a construção, no tempo e no espaço, de uma rede de símbolos, chamada cultura." (Gerbner, 1990, p. 250).

A cultura, como a própria palavra indica, cultiva as nossas concepções sobre a existência, os valores, as relações humanas, a ideia de justiça. A teoria da inculcação de crenças (Gerbner *et al.*, 1978; Gerbner *et al.*, 1980; 1982) afirma precisamente que um dos principais "efeitos" da televisão é cultivar nos espectadores um conjunto de crenças sobre o mundo: ao contar histórias, ela diz-nos como tudo funciona, o que se espera que cada um pense e faça. Nas palavras de Gerbner, a cultura de uma sociedade é "o contexto em que a experiência se torna consciência" (idem, p. 251).

A revolução industrial transformou, entre outras coisas, a actividade de contar e de difundir histórias, e a produção em massa dessas mensagens, depois da invenção da imprensa, e da sua difusão alargada a grupos próximos e distantes, ganha uma expressão dramática, já no nosso século, com uma nova tecnologia — a televisão.

Em primeiro lugar, Gerbner tentou então responder à pergunta: como é que a televisão conta histórias e, neste caso particular, que histórias conta sobre a violência na sociedade? Quem são os agressores? Quem são as vítimas? Em que contextos sociais ocorre a violência? E que impacte têm essas histórias nos jovens espectadores? Será que as crianças e os jovens que vêem mais televisão percebem e sentem o mundo à sua volta de forma diferente do que os que vêem pouca televisão? E se assim for, que consequências pode isso ter para os seus modos de socialização, para a sua interacção com os outros?

É que, de acordo com a hipótese da *inculcação de crenças*, formulada por Gerbner, o que interessa mesmo é o tempo de exposição ao ecrã. Porque toda a programação televisiva, dos noticiários aos filmes, dos concursos às telenovelas, ou dos programas políticos aos debates de ideias, para além do seu conteúdo directo, contém indicações — conta histórias — sobre o que é considerado violento na nossa sociedade, sobre a violência que é socialmente aprovada ou reprovada, sobre as causas e as consequências das acções violentas, etc., etc. Isto é, a programação televisiva é, simultaneamente, um espelho da sociedade e uma reafirma-

ção superlativa dos seus valores dominantes e das suas contradições, e isso também é verdade em relação à violência que ela extensivamente exhibe (Gerbner e Signorielli, 1990).

A primeira questão é, portanto, a de identificar a duração da exposição à televisão por parte das crianças e dos jovens portugueses. E a segunda é a de verificar se, como prediz a hipótese da inculcação de crenças, a uma exposição elevada estão associadas preferências por programas específicos e crenças “alienadas” sobre a sociedade em que vivem.

O consumo de televisão pelas crianças e jovens portugueses

Sabemos hoje alguma coisa, do que estudámos em Portugal, sobre as questões aqui levantadas (Monteiro, 1992). A partir de uma amostra nacional de 3928 crianças e jovens² verificámos, no que diz respeito às crianças dos 9 aos 11 anos, que o tempo médio de exposição à televisão é *qualitativamente* muito alto (quadro 1), se atendermos à elevada percentagem de crianças do ensino primário (62%) e preparatório (51,2%) que refere que vê televisão *sempre que pode*.

Essa percentagem vai-se reduzindo progressivamente, de tal modo que, durante o ensino secundário (dos 12 aos 17 anos), já só um terço destes jovens responde que procura a televisão *sempre que pode*. Podemos ainda ver que, apesar destas variações etárias, a percentagem de crianças e de jovens que refere que *nunca*, ou só *quando calha* é que vê televisão, se mantém estável nos 10% em todos os grupos de escolaridade. Estes dados acompanham de perto aqueles que têm vindo a ser referidos na Europa, sugerindo que é entre os 7-11 anos que a exposição à televisão atinge o seu *clímax*, decrescendo depois lentamente até à idade adulta.

Para melhor entender o significado das respostas acerca da televisão, as crianças e os jovens responderam também, utilizando a mesma escala, ao tempo que dedicavam a outra actividade de tempos livres: ouvir rádio, ler livros, praticar desporto, estar com a família, estar com amigos e ler revistas ou jornais. O quadro 2 mostra a posição relativa que a televisão ocupa em relação às restantes alternativas: ela está sempre a seguir à família, nos três grupos etários, e passa também a ser suplantada pelos amigos, explicitamente no grupo dos mais velhos.

Esta posição parece reforçar as conclusões que o primeiro quadro sugere: é que é muito claramente na infância (embora aqui só representada a partir dos 8-9 anos) que a televisão compete activamente com a família para ocupar o topo das preferências das crianças.³

A par da questão qualitativa sobre a exposição à televisão, o questionário integrava também duas questões que implicavam uma resposta quantitativa: “Quantas horas de televisão vês num dia de escola?” e “Quantas horas de televisão vês num dia de fim-de-semana?” Nos quadros 3 e 4 podemos ver que as respostas das crianças e dos jovens à duração de visionamento da televisão num dia útil e num dia de descanso são muito diferentes, sendo no fim-de-semana que a média diária de visionamento ultrapassa as 3 horas e meia ($x_{prim}=3h\ 40m$; $x_{prep}=3h$

Quadro 1 Tempo qualitativo de exposição à televisão (N e %)

Tempo de exposição à televisão	Nunca (1)	Quando calha(2)	Por vezes(3)	Sempre que posso(4)	Total(%)
Primário (1.º ciclo)	12 (0,7)	150 (8,7)	492 (28,6)	1069 (62,0)	1723 (44,3)
Preparatório (2.º ciclo)	10 (0,6)	171 (9,6)	687 (38,6)	910 (51,2)	1778 (45,7)
Secundário (3.º ciclo)	—	32 (8,3)	225 (58,1)	130 (33,6)	387 (10,0)
Total (N)	22	353	1404	2109	3888
Total (%)	(0,6)	(9,1)	(36,1)	(54,2)	100,0

Nota: $\chi^2(6)=139,04$, $p<0,0000$.

Quadro 2 Tempo médio de ocupação de tempos livres (médias)

Actividade	Grau de escolaridade			gl	F	p
	Primária	Preparatório	Secundário			
Televisão	3,52	3,40	3,25	2,3885	29,23	0,0000
Livros	3,19	2,97	2,72	2,3833	63,15	0,0000
Rádio	2,57	2,60	2,97	2,3820	38,72	0,0000
Amigos	3,27	3,42	3,63	2,3802	37,32	0,0000
Família	3,62	3,66	3,41	2,3808	21,33	0,0000
Desporto	2,94	2,21	3,15	2,3823	33,78	0,0000
Revistas	2,36	2,41	2,66	2,3774	18,32	0,0000

Nota: escala: 1=nunca; 2=quando calha; 3=algumas vezes; 4=sempre que posso.

19m; $x_{sec}=3h\ 36m$) e que 40,3% da amostra refere que vê mais do que 4 horas de televisão por dia.

Durante a semana, no entanto, a média diária de visionamento televisivo baixa para pouco mais de 2 horas ($x_{prim}=2h\ 05m$; $x_{prep}=2h\ 14m$; $x_{sec}=2h\ 18m$) e apenas 8,2% do total de jovens telespectadores refere que vê mais do que 4 horas de televisão por dia.

A análise separada dos três grupos de escolaridade mostra finalmente que, em Portugal:

1 durante os dias úteis, só cerca de 10% de crianças do 1.º ciclo e de 7% de

Quadro 3 Tempo de exposição à televisão num dia de semana (N e %)

Tempo de exposição à televisão	<1/2 h	1-2 h	2-3 h	3-4h	>4h	Total(%)
Primária (1.º ciclo)	286 (16,5)	702 (40,5)	347 (20,0)	227 (13,1)	172 (9,9)	1734 (44,5)
Preparatório (2.º ciclo)	169 (9,5)	773 (43,5)	451 (25,4)	255 (14,4)	128 (7,2)	1776 (45,6)
Secundário (3.º ciclo)	17 (4,4)	182 (46,9)	112 (28,9)	56 (14,4)	21 (5,4)	388 (10,0)
Total (N)	472	1657	910	538	321	3898
Total (%)	12,1	42,5	23,3	13,8	8,2	100,0

Nota: χ^2 (8)=90,06, $p<0,0000$.

Quadro 4 Tempo de exposição à televisão num dia de fim-de-semana (N e %)

Tempo de exposição à televisão	<1/2 h	1-2 h	2-3 h	3-4h	>4h	Total(%)
Primária (1.º ciclo)	44 (2,5)	267 (15,4)	290 (16,7)	395 (22,8)	738 (42,6)	1734 (44,5)
Preparatório (2.º ciclo)	28 (1,6)	207 (11,6)	407 (22,8)	410 (23,0)	730 (41,0)	1782 (45,6)
Secundário (3.º ciclo)	4 (1,0)	40 (10,3)	128 (33,0)	112 (28,9)	104 (26,8)	388 (9,9)
Total (N)		514	825	917	1572	3904
Total (%)	1,9	13,2	21,1	23,5	40,3	100,0

Nota: χ^2 (8)=87,77, $p<0,0000$.

- crianças do 2.º ciclo vêem mais do que 4 horas de televisão por dia, enquanto essa proporção baixa para 5% no grupo dos jovens;
- 2 que mais do que 50% de espectadores, nos três grupos de escolaridade, durante a semana, vê menos do que 2 horas de televisão por dia;
- 3 que, aos sábados e domingos, 43% das crianças do 1.º ciclo e 41% das do 2.º ciclo vêem mais do que 4 horas de televisão por dia, contrastando com os 27% dos mais velhos que visionam com a mesma intensidade.

Consumo de televisão e heróis preferidos

Em relação à segunda questão, procurámos analisá-la de dois modos: por um lado, verificar em que medida é que os diferentes tempos de exposição à televisão estavam associados a certas preferências por certos heróis do ecrã, e consequentemente, por certos programas televisivos e, por outro, verificar em que medida é que este tempo de exposição estava associado ao desenvolvimento de certas crenças sobre a violência social. De facto, uma literatura muito vasta tem mostrado a importância da identificação dos jovens espectadores, e nomeadamente dos de sexo masculino, com os heróis violentos da televisão na adopção de comportamentos violentos e destrutivos (Huesmann *et al.*, 1983).

Para identificar os heróis televisivos dos jovens espectadores, o questionário integrou uma questão aberta acerca do(s) herói(s) ou heroína(s) preferidos na televisão. Podemos ver, em primeiro lugar, o lugar privilegiado que dois heróis masculinos da cinematografia norte-americana — o *Superboy* e *McGyver* — ocupam junto dos jovens espectadores portugueses, independentemente do seu nível de escolaridade e do género (quadro 5).⁴

Seguem-se, a grande distância, o *Super homem*, *Rambo* e *Tom Cruise*, ocupando todos os restantes lugares secundários no imaginário destes jovens.

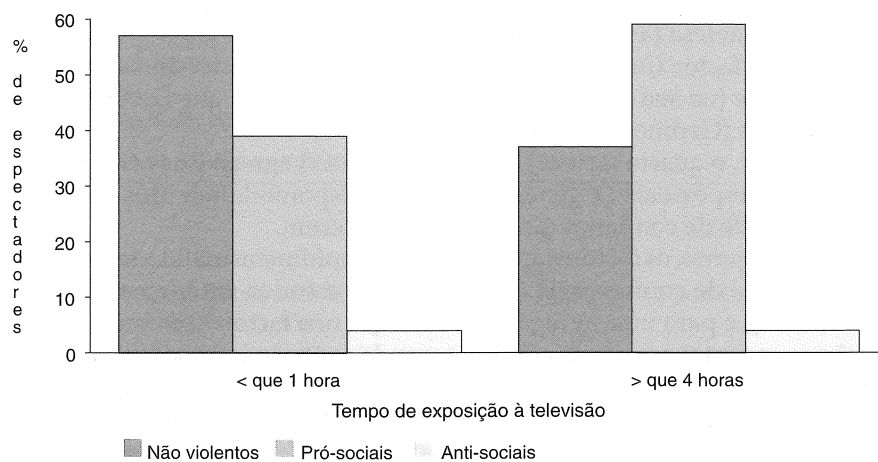
Quem são, então, em termos dos valores, atitudes e comportamentos que exibem, os dois grandes heróis televisivos da juventude portuguesa no início da década de 90? A categorização de todos os personagens referidos pelos respondentes em heróis *não violentos* (3), heróis *violentos pró-sociais* (2) e heróis *violentos anti-sociais* (1), assegura o protagonismo aos heróis violentos, mas pró-sociais, para a jovem geração portuguesa: de facto, quer *McGyver* quer o *Superboy* são personagens paradigmáticos desta categoria, pois são jovens, corajosos e socialmente empenhados, só recorrem à violência quando não há outro meio, evitam causar vítimas e, acima de tudo, a violência que exibem é estritamente instrumental e tem como valor superordenado a reposição da ordem e da justiça social fracturadas, através da dura e inevitável punição dos infractores.

Procurámos, então, ver se existia algum grau de associação entre o tempo de exposição à televisão e a preferência pelos três tipos de heróis. Para isso foram utilizados, de acordo com a metodologia adoptada por Gerbner (Gerbner e Gross, 1976), apenas os 799 sujeitos “extremos”, repartidos em dois grupos: os espectadores *muito assíduos* (visionamento diário médio superior a 4 horas) e os espectadores *não assíduos* (visionamento médio diário inferior a meia-hora).

A figura 1 mostra que os espectadores não assíduos (<1/2h/dia) maioritariamente preferem heróis *não violentos*, enquanto os espectadores muito assíduos (>4h/dia) preferem os heróis *violentos pró-sociais*. Ao contrário do que poderia supor-se, a preferência por histórias com heróis anti-sociais, tais como o *Rambo*, é muito reduzida (entre 3%-4%, independentemente da intensidade de exposição à televisão). Assim, a preferência por heróis *violentos pró-sociais*, como *McGyver* e o *Superboy*, é o que verdadeiramente distingue os espectadores pesados dos leves: os primeiros preferem programas em que os heróis protagonizam uma história de ameaça de desregulação social, de violência justificada pelos objectivos, de

Quadro 5 Herói / heroína preferidos na televisão (> 1%)

Herói/heroína	Frequência	Porcentagem
Schwartzneger (1)	51	1,3
Herman José (3)	47	1,2
Indiana Jones (2)	51	1,3
<i>McGyver</i> (2)	1001	25,1
Manimal (3)	65	1,6
Rambo (1)	143	3,7
Super Homem (2)	123	3,1
<i>Superboy</i> (2)	1109	27,9
Tartarugas Ninja (2)	56	1,4
Tieta do Agreste (3)	82	2,1
Tom Cruise (2)	104	2,6
Não responde	359	9,0
Total	3191	80,3

**Figura 1** Tempo de exposição à televisão e preferência por heróis violentos

imunidade do herói face às forças do mal e de um desfecho que pune o desvio e repõe a ordem ameaçada.

Consumo de televisão e crenças sobre a realidade social

Mas será mesmo que ver muita ou pouca televisão contribui, como pretende Gerbner (Gerbner *et al.*, 1986) para a maneira como vemos o mundo à nossa volta, para exacerbar sentimentos de medo, de vitimação e de insegurança? Para abordar esta hipótese, conduzimos um outro estudo (Calheiros e Monteiro, 1995) com uma amostra de 363 jovens portugueses entre os 14 e os 18 anos⁵ que responderam a um questionário sobre o tempo diário de exposição à televisão⁶ e 16 questões⁷ integradas em três dimensões teóricas da hipótese da inculcação de crenças: a confiança nos outros (Gerbner *et al.*, 1979), o medo de vitimação (dicotomizado, de acordo com Tyler (1984), em medo pessoal e medo social) e o *locus* de controlo, interno ou externo, face à ameaça de vitimação (Gerbner *et al.*, 1979).

Uma primeira análise às 16 questões mostrou que a estrutura factorial⁸ (quadro 6) identificava, de facto, quatro factores, e não distinguia, de acordo com a proposta de Tyler, o medo pessoal do medo social.

O primeiro factor (*Medo-Controlo externo*) associa os sentimentos de medo de vitimação, quer pessoal quer social, a uma crença na impotência individual e no poder de forças externas (a autoridade) para proteger os indivíduos da violência.

O segundo factor (*Medo-Controlo interno*) conjuga o medo de vitimação por parte de estranhos, em quem não se deve confiar, com a crença na virtualidade positiva da autodefesa (andar armado).

O terceiro factor (*Insegurança*), congrega as áreas típicas do factor *medo de vitimação próxima* (na sua área de residência, no seu bairro), que Gerbner utilizou nos seus estudos (Gerbner *et al.*, 1979).

Finalmente, o quarto factor (*Confiança nos outros*) agrega duas crenças acerca das relações interpessoais (a generosidade e a disponibilidade dos outros para ajudar) e a atitude de confiança que os outros merecem.

No seu conjunto, os factores apontam para a unidimensionalidade dos factores de insegurança e de confiança, já encontrada em estudos anteriores (Vala, 1984; Monteiro, 1984), e para uma agregação de crenças nos factores em que o medo de vitimação se encontra associado a crenças, ora de controlo interno, ora de controlo externo. O quadro 7 mostra os valores médios que os jovens telespectadores, rapazes e raparigas, obtiveram nestes três factores. No factor Medo-Controlo Externo, os dois grupos mostram valores de medo identicamente elevados. No factor Medo-Controlo-Interno, também os dois grupos exprimem níveis acentuados de medo de vitimação, embora associado à crença na capacidade individual de assegurar a autodefesa, mas são precisamente os rapazes que exprimem essa crença com mais intensidade ($t(369)=3,18, p<0,002$).

No que diz respeito ao factor (In)Segurança, são mais uma vez os rapazes que assinalam a crença na maior segurança da zona em que vivem e circulam,

Quadro 6 Estrutura factorial do pensamento sobre a realidade social

Pensamento sobre a realidade social	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4
<i>Medo-Controlo Externo</i>				
As crianças podem ser raptadas ou violadas nos parques.	0,62			
Tenho medo de andar sozinho de metro à noite.	0,66			
Há grande probabilidade de eu ou outros sermos assaltados no próximo ano.	0,62			
As pessoas por si pouco podem; cabe às autoridades defendê-las.	0,52			
<i>Medo- Controlo Interno</i>				
É difícil confiar nas pessoas; todo o cuidado é pouco.		0,48		
O controlo da minha vida pertence sobretudo a mim; sou eu o responsável pelo meu destino.		0,68		
Tomar medidas de auto-defesa é a melhor maneira de me defender da violência.		0,66		
Em Lisboa é necessário andar armado à noite.		0,57		
<i>Insegurança</i>				
É cada vez mais provável ser assaltado no meu bairro.			-0,76	
Sinto-me seguro quando ando sozinho no meu bairro.			0,78	
Nunca deixei de sair à noite, no meu bairro, com medo de ser assaltado.			0,52	
<i>Confiança nos outros</i>				
As pessoas são generosas e estão disponíveis para ajudar as outras.				0,67
Sei que posso contar com os outros se tiver um problema.				0,77
Desconfio da maior parte das pessoas.				-0,56
% total da variância explicada=60,4%	22,7	16,8	12,9	8,0

enquanto as raparigas só moderadamente acreditam que o seu próprio bairro seja seguro ($t(268)=4,48, p<0,000$).

Finalmente, no factor Confiança nos Outros, os dois grupos comportam-se identicamente, mostrando-se reticentes em relação à possibilidade de procurarem apoio junto de outras pessoas. Expressam mesmo, se bem que de forma moderada, que não crêem por aí além na bondade e na disponibilidade das pessoas para ajudarem os outros, e que o melhor é desconfiar da maior parte das pessoas.

A ANOVA aplicada a esses valores, tendo como factores independentes o tempo de exposição à televisão e o sexo dos respondentes, mostrou que só o factor de Medo-Controlo Externo é sensível a essas variáveis. Assim, o efeito de interacção entre o sexo dos espectadores e o tempo de exposição ao ecrã (figura 2) indica que a alta exposição à televisão tem efeitos contrários nos dois

Quadro 7 Percepção da realidade social por género

Percepção da realidade social	Rapazes			Raparigas		
	N	média	d.p.	N	média	d.p.
Medo-controlo externo	173	3,44a	0,61	202	3,49a	0,04
Medo-controlo interno	170	3,76a	0,69	201	3,52b	0,71
(In)segurança	128	3,51a	0,95	142	2,99b	0,94
Confiança	106	3,09a	0,73	134	3,09a	0,79

Nota: as médias, na mesma linha, com letras diferentes, são significativamente diferentes entre si (teste *t de Student*); escala de 1=discordo totalmente, a 5=concordo totalmente.

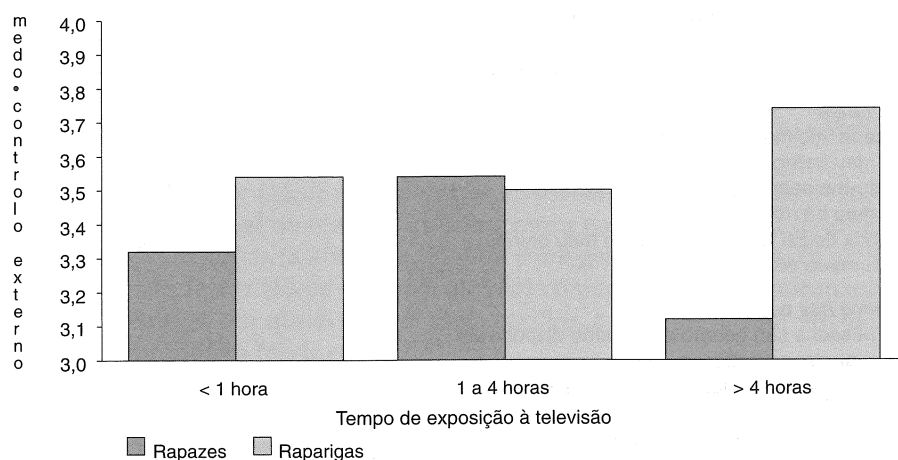


Figura 2 Efeito da exposição à televisão e do género dos telespectadores no factor Medo-Controlo Externo

Nota: TVxSexo — $F(363)=5,15$, $p<0,006$.

sexos: com o aumento da exposição à televisão, as raparigas aceleram a crença na probabilidade de serem vítimas e na sua impotência para enfrentarem sozinhas essa ameaça, enquanto os rapazes reduzem esse medo de vitimação e expressam muito moderadamente a ideia de incontrolabilidade pessoal da situação.

As consequências desta *visão paranóide do mundo*, como Wober (1978) chamou a essa forma persecutória de ver a realidade, das pessoas que vêem muita violência televisiva, ficam então mais à vista:

- 1 nas raparigas (Gerbner e Gross, 1976) — as principais vítimas na própria programação televisiva — a redução drástica das relações de confiança com

- quem se conhece mal, o medo persistente de vitimação, a redução da mobilidade autónoma e o apelo à autoridade armada;
- 2 nos rapazes — os principais agressores na programação televisiva, embora pertencendo também a um grupo importante de vítimas (Gerbner e Gross, 1979) — pelo contrário, o controlo do medo e a crença em como é possível enfrentar a violência, reproduzem, no fundo, esse mundo mágico do ecrã em que, como por uma vontade superior sempre segura, o bem sempre vence e os “maus” sempre são punidos.

Conclusões

Os estudos aqui apresentados tinham como principais objectivos:

- 1 averiguar o padrão de exposição à televisão da população portuguesa que frequenta, em todo o país, as escolaridades primária, preparatória e secundária;
- 2 averiguar a existência de padrões diferentes de preferência pelos heróis televisivos por parte dos jovens telespectadores portugueses muito assíduos e não assíduos;
- 3 testar a hipótese de Gerbner e colaboradores de que a elevada exposição à televisão cultiva nos espectadores crenças sobre o mundo que as rodeia que acentuam o medo de vitimação e a crença na impotência dos indivíduos, por si sós, de controlarem essa ameaça, e
- 4 contribuir para um melhor conhecimento do impacte da televisão, em Portugal, sobre a população mais jovem.

Em relação ao primeiro objectivo, os resultados obtidos através das medidas qualitativa e quantitativa de visionamento de televisão ganharão em sofrer uma leitura conjunta: a maioria das crianças dos ensinos primário e preparatório refere que vê televisão *sempre que pode* (valor máximo da medida qualitativa), mas a tradução dessa forte orientação subjectiva para o pequeno ecrã em horas médias de visionamento diário é de pouco mais de 2 horas durante a semana e de cerca de 3,5 horas no fim-de-semana. Esta informação combina, como se disse, uma forte orientação para a televisão — só igualada, no mesmo estudo, pela orientação para os amigos e para a família — com um tempo de exposição relativamente baixo, se tivermos em conta as mais de 4 horas diárias de exposição persistentemente referidas para este grupo etário nos estudos norte-americanos e europeus desde os anos 80. A maioria dos jovens do ensino secundário, por sua vez, refere que vê televisão *algumas vezes*, relativizando assim a sua orientação para o pequeno ecrã, só um terço dos respondentes mostrando a mesma forte orientação televisiva que as crianças. Quando procuramos a tradução desta resposta qualitativa em horas médias de visionamento diário verificamos, no entanto, que esta é da mesma ordem da da população infantil — pouco mais de 2 horas durante a semana e 3,5 horas durante o fim-de-semana.

Em relação ao segundo objectivo — averiguar a existência de padrões específicos de preferências televisivas dos jovens espectadores muito assíduos e não assíduos — duas conclusões emergem. A primeira confirma a existência desses padrões, independentemente da faixa etária e do sexo dos sujeitos: aqueles que pouco se expõem ao ecrã preferem os programas com heróis não violentos, enquanto que aqueles que são espectadores muito assíduos preferem os programas protagonizados por heróis violentos pró-sociais. A segunda conclusão é que a preferência por programas com heróis violentos anti-sociais nada tem a ver com o tempo de exposição à televisão e não ultrapassa 4% dos jovens telespectadores em qualquer dos casos. O significado conjunto destas duas constatações é da maior relevância: por um lado, uma maior exposição à televisão está associada à procura activa de mensagens sobre a integração normativa da violência social que os heróis violentos pró-sociais protagonizam; por outro lado, a identificação com os heróis violentos antinormativos não é específica das crianças e dos jovens que vêem muita televisão, podendo estar associada a outros factores que este estudo não integrou. Se assumirmos que a identificação com heróis violentos ficcionais tem um papel decisivo no comportamento agressivo das crianças, independentemente de a violência observada ser pró ou anti-social (Huesmann *et al.*, 1983; Monteiro, 1984), poderemos concluir que os jovens que vêem mais televisão são os que têm maior probabilidade de sofrer os primeiros efeitos que a exposição à violência na televisão tem salientado: a adopção de práticas violentas para solucionar conflitos e a dessensibilização em relação às consequências dramáticas da violência física.

No que diz respeito ao terceiro objectivo — testar a hipótese da *inculcação de crenças*, de Gerbner e colaboradores, como consequência de uma elevada exposição à televisão — o que se torna mais saliente em relação a esta amostra de adolescentes é que a inculcação de crenças tem como moderador o papel que os sujeitos desempenham no cenário real da violência social: ver muita televisão, que sabemos corresponder a preferir programas de violência pró-social, é também necessariamente perceber o papel dominante de vítima passiva do género feminino e o papel dominante de agressor ou de vítima activa do género masculino. A inculcação de crenças, para os espectadores muito assíduos, parece então funcionar como um disruptor das crenças normativas dos espectadores médios: estes, rapazes ou raparigas, partilham um medo moderado de vitimação que clama pela autoridade para se proteger, mas os espectadores muito assíduos sofrem uma alteração qualitativa deste padrão andrógino, uma vez que esse padrão de medo e de impotência pessoal ainda mais se acentua nas raparigas, mas se reduz significativamente nos rapazes. A exacerbação do medo e a procura da protecção institucional como resposta ao *síndrome do mundo mau* por parte dos telespectadores muito assíduos, que Gerbner previa, fica assim, neste nosso tempo e espaço, confinado às raparigas. Aos rapazes fica reservada uma dupla crença — que existe violência e perigo à sua volta e que estes lhe causam medo, mas que o controlo do seu medo e do seu destino reside, mais do que nas autoridades institucionais, nas suas próprias mãos armadas.

Em relação, finalmente, ao quarto objectivo — contribuir para o conhecimento do impacte da televisão em Portugal sobre a população mais jovem — duas

observações me parecem pertinentes, nomeadamente neste contexto de debate sobre a violência e o *stress*. Em primeiro lugar espero que estes estudos, de que aqui apresento somente uma pequena parte, contribuam para mostrar que a questão do impacto da televisão na orientação cognitiva e no comportamento dos indivíduos não é uma mera matéria de opinião, como no nosso país se persiste em acreditar, a avaliar pelos poucos, mas intermináveis debates em que a especulação do senso comum substitui a informação científica, se bem que polémica, disponível nesta área. Em segundo lugar, julgo que esta primeira avaliação extensiva do consumo de televisão pelas crianças e pelos jovens em Portugal contribui, finalmente, para que se disponha de padrões de comparação do fenómeno com outras sociedades.

Resta finalmente esperar que outros estudos, na senda dos que aqui apresentamos, venham contribuir para ir desmontando esta complexa teia de questões que os meios de comunicação social vieram criar na exacta medida em que têm vindo a contribuir para solucionar outros.

Notas

- (*) Este artigo foi antecedido por duas comunicações orais utilizando parcialmente os resultados agora apresentados: "Meios de Comunicação Social e construção da realidade social: crescer com a violência televisiva", no Congresso Internacional *Stress e Violência nas Crianças e nos Jovens* (27-30 de Setembro de 1995) e "Crescer com a violência televisiva: a representação do mundo fica diferente?", no IV Encontro Nacional de Psicólogos (20-22 de Maio de 1998), ambos em Lisboa
- 1 Em Portugal não existe qualquer informação comparável que nos permita conhecer com rigor a quantidade e a qualidade da violência difundida pelos quatro canais de televisão nacionais. Financiado pela Alta Autoridade para a Comunicação Social está, entretanto, a ser efectuado um amplo estudo sobre a violência na programação televisiva portuguesa, da responsabilidade de Jorge Vala e Luisa Lima (Centro de Investigação e de Intervenção Social, ISCTE, Lisboa, 1997-1999). Este estudo utiliza, precisamente, os parâmetros semânticos e metodológicos criados por Gerbner e pela sua equipa, de modo a permitir comparações entre os resultados norte-americanos e os resultados portugueses.
 - 2 Este estudo foi efectuado no início do ano de 1992, no contexto de um estudo de maior âmbito sobre os hábitos de leitura das crianças e dos jovens em Portugal, da responsabilidade de Isabel Alçada, com financiamento do Instituto de Educação Inovação Educativa do Ministério da Educação. Os questionários sobre os hábitos e as preferências de leitura e televisivas foram enviados para as escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Unificado dos 18 distritos de Portugal continental, com instruções aos professores sobre o seu modo de aplicação e de devolução, tendo sido obtidas 3982 respostas. As respostas dos distritos de Lisboa e do Porto são responsáveis, respectivamente, por 22,3% e 17,8% da amostra. Em termos de escolaridade, as respostas dos alunos do 4.º, do 6.º e do 9.º anos são responsáveis, respectivamente, por 38,6%, 43,9% e 8% da amostra. No que respeita ao género, 48,4% dos respondentes foram raparigas e 51,6% foram rapazes.

- 3 A questão pode ser um pouco ambígua, uma vez que a televisão e a família podem ocupar, e frequentemente o fazem, o mesmo espaço físico, pelo que os desejos de estar com a família e de ver televisão, não sendo mutuamente exclusivos, podem mesmo ocultar a prevalência de um deles.
- 4 O quadro refere-se à 1.^a preferência de cada sujeito, mas apenas se essa preferência foi indicada por, pelo menos, 1% dos sujeitos: (1) heróis *violentos anti-sociais*; (2) heróis *violentos pró-sociais*; (3) heróis *não violentos*
- 5 A amostra é constituída por 163 rapazes e 200 raparigas de cinco escolas públicas de 3.^o ciclo do distrito de Setúbal.
- 6 Respondido sobre uma escala de intervalo em 5 posições (1=<1/2h; 2=1-2h; 3=2-3h; 4=3-4h e 5=>4h), posteriormente dicotomizada em três posições (<1h/ dia; 1-4 h/dia, e >4h/ dia), a partir da distribuição da amostra.
- 7 Respondidas sobre uma escala de intervalo em 5 posições: 1=*discordo em absoluto* a 5=*concordo em absoluto*.
- 8 O tratamento utilizado para compreender e sistematizar a estrutura dos dados foi uma análise factorial em componentes principais, com rotação ortogonal dos eixos, e retenção das variáveis com saturação (>0,50) num só factor.

Referências

- American Psychological Association (1993). *Violence and youth: Psychology's response* (vol. 1: Summary Report of the American Psychological Association Commission on Violence and Youth). Washington, DC: Author.
- Bandura, A., Ross, D., & Ross, S. A. (1961). Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 63, 575-582.
- Berkowitz, L. & Rawlins, E. (1963). Effects of film violence on inhibitions against subsequent aggression. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 66 (5), 405-412.
- Calheiros, S., & Monteiro, M. B. (1996, Novembro). *Ecrã violento e crenças sobre o mundo*. Poster apresentado no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Lisboa.
- Carlson, J. M. (1983). Crime-show viewing by pre-adults: The impact on attitudes toward civil liberties. *Communication Research*, 10 (4), 529-552.
- Charters, W. W. (1933). *Motion pictures and youth: A summary*. Nova Iorque: Macmillan.
- Ekman, P., Liebert, R. M., Friesen, W., Harrison, R., Zlatchin, C., Malmstrom, E. V., & Baron, R. A. (1972). Facial expressions of emotion as predictors of subsequent aggression. In G. A. Comstock, E. A. Rubinstein, & J. P. Murray (Eds.), *Television and social behavior: Television's effects — Further Explorations* (vol. 5) (pp. 22-58). Washington, DC: Government Printing Office.
- Gerbner, G. (1972). Violence in television drama: Trends and symbolic functions. In G. A. Comstock & E. A. Rubinstein (Eds.), *Television and social behavior: Media content and control*. (vol. 1). Washington, DC: Government Printing Office.
- Gerbner, G. (1990). Epilogue: Advancing on the path of righteousness (maybe). In N. Signorielli, & M. Morgan (Eds.), *Cultivation analysis: New directions in media effects research*. Newbury Park: Sage.

- Gerbner, G., & Gross, L. (1976). Living with television: The violence profile. *Journal of Communication*, 26, 172-199.
- Gerbner, G., & Signorielli, N. (1990). *Violence Profile, 1967 through 1988-9: Enduring patterns*. Unpublished manuscript. Annenberg School of Communication, University of Pennsylvania.
- Gerbner, G., Gross, L., Eleey, M. F., Jackson-Beek, M., Jeffries-Fox, S., & Signorielli, S. (1977). Television violence profile n.º 8: The highlights. *Journal of Communication*, 27, 171-180.
- Gerbner, G., Gross, L., Eleey, M. F., Jackson-Beek, M., Jeffries-Fox, S., & Signorielli, S. (1978). Cultural indicators: Television violence profile n.º 9. *Journal of Communication*, 28, 176-207.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1980). The mainstreaming of America: Violence profile n.º 11. *Journal of Communication*, 30, 10-29.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1982). Charting the mainstream: Television's contribution to political orientations. *Journal of Communication*, 32, 100-127.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1986). Living with television: The dynamics of the cultivation process. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Perspectives on media effects*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Gerbner, G., Morgan, M., & Signorielli, N. (1994). *Television violence profile no 16: The turning point — From research to action*. Unpublished manuscript, Annenberg School of Communication, University of Pennsylvania.
- Huesmann, L. R., Eron, L., Klein, R., Brice, P., & Fischer, P. (1983). Mitigating the imitation of aggressive behaviors by changing children's attitudes about media violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 899-910.
- Huesmann, L. R., Eron, L. D., Lefkowitz, M. M., & Walder, L. Q. (1984). The stability of aggression over time and generation. *Developmental Psychology*, 20 (6), 1120-1134.
- Lefcourt, H. M., Barnes, K., Parke, R., & Schwartz, F. (1966). Anticipated social censure and aggression-conflict as mediators of response to aggression induction. *Journal of Social Psychology*, 70, 251-263.
- Lefkowitz, M. M., Eron, L. D., Walder, L. Q., & Huesmann, L. R. (1977). *Growing up to be violent: A longitudinal study of the development of aggression*. Nova Iorque, NY: Pergamon Press.
- Liebert, R. M., & Baron, R. A. (1972). Short-term effects of televised aggression. In J. P. Murray, E. A. Rubinstein, & G. A. Comstock (Eds.), *Television and social behavior: Television and social learning* (vol. 2) (pp. 181-201). Washington, DC: U. S. Government Printing Office.
- Lichter, R. S., & Amundson, D. (1992). *A day of television violence*. Washington DC: Center for Media and Public Affairs.
- Lichter, R. S., & Amundson, D. (1994). *A day of television violence: 1992 vs. 1994*. Washington, DC: Center for Media and Public Affairs.
- Monteiro, M. B. (1984). *La construction sociale de la violence: Approche cognitive et développementale*. Thèse de Doctorat. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain.
- Monteiro, M. B. (1992). *Repensar a delinquência — crescer com heróis violentos: Uma análise extensiva do consumo de violência da televisão pela população infantil e adolescente em*

- Portugal*. Comunicação apresentada no Congresso Nacional Repensar a Delinquência, Universidade do Minho, Braga.
- Murray, J. P. (1980). *Television and youth: 25 years of research and controversy*. Boys Town, NE: Boys Town Centre for the Study of Youth Development.
- Murray, J. P. (1997). Media violence and youth. In J. Osofsky (Ed.), *Children in a violent society* (pp. 72-96). Nova Iorque: The Guilford Press.
- Mussen, P., & Rutherford, E. (1961). Effects of aggressive cartoons on children's aggressive plays. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62 (2), 461-464.
- National Alliance for Nonviolent Programming (1993). Media and violence: Creating an agenda for changing. *Wingspread Journal*, 15 (4), 8-9.
- National Institute of Mental Health (1982). *Television and behavior: Ten years of scientific progress and implications for the eighties: Summary Report*. (vol. 1). Washington, DC: U. S. Government Printing Office.
- Signorielli, N. (1990). Television's mean and dangerous world. In N. Signorielli, & M. Morgan (Eds.) *Cultivation analysis: New directions in media effects research*. Newbury Park: Sage.
- Surgeon General's Scientific Advisory Committee on Television and Social Behavior (1972). *Television and growing up: The impact of televised violence*. Washington, DC: U. S. Government Printing Office.
- Turner, A. K. & Berkowitz, L. (1972). Identification with film aggressor (covert role-taking) and reaction to film violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 21, 256-264.
- Vala, J. (1984). *La production sociale de la violence*, Thèse de Doctorat. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain.
- Wober, J. M. (1978). Televised violence and paranoid perception: The view from Great Britain. *Public Opinion Quarterly*, 42, 315-321.

Mass Media and the Construction of Social Reality: to Grow up in Portugal With Television Violence (abstract) Within the topic of direct and undirect effects of TV violence on children and adolescents, two studies with Portuguese samples are presented. In the first study 3928 subjects aged 9-17 answered a questionnaire about their TV viewing schedule and their TV heroes. Results showed: 1) that the subjects' average daily TV viewing is 2h 12m and that only 10% of younger children and 7% of the older ones view more than 4h a day; 2) that most preferred heroes are violent but pro-social, meaning that they only use instrumental violence to protect society against evil characters, and 3) that high viewers (more than 4h a day of TV viewing) significantly prefer this kind of heroes while low viewers significantly prefer non-violent heroes. In the second study 363 subjects aged 14-18 answered a questionnaire about their perceptions of social reality concerning fear of victimization, locus of control and trust on others, besides their TV viewing schedule. An ANOVA performed on the four factors of the subjects' perception of social reality, with sex and TV viewing schedule as independent variables showed a main effect of sex and a significant interaction between sex and TV viewing on the Fear-External Control factor: while high-viewing girls increase their fear of victimization and rely on external

control more than low-viewing girls to deal with violence, high viewing boys decrease their fear of victimization and perceive more internal control than low viewing boys. The discussion of these results highlights Gerbner *et al.* (1979) *cultivation hypothesis* as an undirect effect of television for high viewers.